



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

# A formação e a carreira na instrução pública paulista de João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior

Mirian Jorge Warde

Professora do Programa de Pós-graduação em Educação  
da Universidade Federal de São Paulo, campus Guarulhos  
mjwarde@uol.com.br

Marco Antonio Rodrigues Paulo

Professor da Universidade Federal da Grande Dourados  
marodriguespaulo@gmail.com

## RESUMO

Este artigo aborda a formação e a trajetória profissional de João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior na instrução pública paulista. O objetivo central do artigo é tornar mais nítida a figura de João Chrysostomo em meio a tantas outras destacadas nas primeiras décadas republicanas; assim procedendo, evidenciar seus elos com as primeiras reformas republicanas instituídas no ensino público de São Paulo, assim como seu pertencimento a um momento de fechamento daquele ciclo reformista.

**Palavras-chave:** João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior; Instrução Pública; São Paulo.

## The formation and professional career of João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior in public education in São Paulo

## ABSTRACT

This article addresses the formation and professional career of João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior in public education in São Paulo. The main purpose of the article is to clarify the figure of John Chrysostomo amid so many prominent figures in the early republican decades; in doing so, to highlight its links with the first republican reforms instituted in public education in São Paulo, and its belonging to a closing moment of this reformist cycle.

**Keywords:** João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior; Public Education; São Paulo.



## Introdução

João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior é uma daquelas figuras sobre os quais a historiografia da educação brasileira mais recente tem sugerido que se preste atenção, individualizadamente. *Não tanto por* ter sido autor de textos originais e inovadores, nem mesmo por ter exercido uma função política distintiva como intelectual-dirigente, e sim pelas atividades que desempenhou e os cargos que ocupou, no seu caso, na instrução pública paulista nas décadas que se sucederam às primeiras reformas republicanas.

João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, que doravante será aqui referido como João Chrysostomo<sup>1</sup>, ocupou o cargo de Diretor geral da instrução pública de São Paulo entre 1911 e 1917, no interregno de duas gestões de Oscar Thompson (1909-1911 e 1917-1920). A esse, a historiografia da educação já dedicou considerável e merecida atenção (GONÇALVES, 2002; GONÇALVES; WARDE, 2002; NERY, 2009).

João Chrysostomo nasceu em 28 de dezembro 1872, na cidade de Espírito Santo do Pinhal, interior da então Província de São Paulo<sup>2</sup>. Em 1877, com cinco anos de idade, instalou-se com a família em Mogi Mirim e, em 1885, com 12 anos, transferiu-se para a cidade de São Paulo, onde ingressou no Seminário Episcopal de São Paulo<sup>3</sup>. Dois anos depois, em 1887, foi matriculado no Colégio Culto à Ciência em Campinas.

Não é dado a saber as razões pelas quais a família decidiu deslocar o menino de um colégio católico para outro de orientação republicana e cientificista; o episódio é no mínimo curioso. De um lado, um colégio descrito por um dos seus estudiosos como “[...] o primeiro da província organizado em conformidade com o Concílio de Trento e posteriormente com o I Concílio Vaticano [...]” (MARTINS, 2006, p. 14); de outro, uma escola para meninos criada em 12 de janeiro de 1874, pela *Sociedade Culto á Sciencia*, cujos membros pertenciam à Comissão de Justiça da loja Maçônica Independência de Campinas, dirigida por maçons até a dissolução daquela Sociedade em 1892, a instituição passou para o poder público. O nome da escola é uma referência explícita aos ideais positivistas da razão e da ciência como guias da humanidade (SÃO PAULO, 1907-1908).

No final do ano de 1888, João Chrysostomo prestou exame na Escola Normal de São Paulo; iniciou o curso em 1889, encerrando-o em 1891<sup>4</sup>. Como muitos dos seus contemporâneos ingressou em 1901 no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade do Largo São Francisco, pela qual se formou em 1907 e se diplomou em março do ano seguinte<sup>5</sup>.

1 Embora não seja academicamente recomendada tal informalidade, os autores optaram pelo uso do primeiro nome composto – João Chrysostomo – para facilitar as menções e por ele ser assim frequentemente referido, seja na forma original seja na versão atualizada: Crisóstomo.

2 Filho de João Chrysostomo da Silva Bueno dos Reis, Major, e de Ignácia Ângela Ribeiro Bueno.

3 O Seminário Episcopal de São Paulo foi fundado em 9 de novembro de 1856, por Dom Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo; situava-se na Avenida Tiradentes, esquina da Rua São Caetano, entre os bairros da Luz e do Bom Retiro, em frente à estação inglesa e ao lado do ginásio do estado (MORSE, 1970). A São Paulo que João Chrysostomo encontrou estava sob notáveis transformações. Para Morse (1970, p. 216), a cidade teria perdido a “aparência colonial” que havia mantido até meados do século XIX, mesmo tendo se transformado, em “centro intelectual do Império”. Teria se tornado “uma cidade completa, economicamente dinâmica e impaciente com os programas políticos e literários anteriores, exceto na medida em que estes pudessem justificar ou embelezar a vida material”.

4 No mesmo ano de 1891, João Chrysostomo se casou com Arminda Barros Bueno dos Reis.

5 João Chrysostomo pertenceu à 76ª turma da Faculdade de Direito de São Paulo, que se encerrou com 144 diplomados, sendo que alguns se projetaram na vida pública como Abel Abreu Chermont e Adolpho Konder.



Em 1892, com 20 anos de idade, deu início à carreira de magistério em São Paulo. Em 1922, com 50 anos de idade e 30 anos no serviço público se aposentou. Após sua aposentadoria continuou exercendo, por mais alguns anos, o cargo de diretor geral da Secretaria dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo<sup>6</sup>.

João Chrysostomo faleceu no dia 04 de novembro de 1949, aos 77 anos de idade. Na edição de 05 de novembro de 1949, o necrológico do jornal *Correio Paulistano* noticiou o passamento, afirmando se tratar de um “ [...] grande vulto do nosso ensino primário e normal, e alta e acatada autoridade administrativa”. (CORREIO PAULISTANO, 05 de Novembro de 1949, p. 02)<sup>7</sup>.

Para mais ampla compreensão da gestão paulista do ensino público nos anos que antecederam a muito conflituosa década de 1920 e que de muitos modos encerraram o ciclo reformista aberto com a reforma de 1890, é relevante focalizar aquele momento da intervenção administrativa de João Chrysostomo, até porque é o momento em que no exercício da sua função, ele respondia pelos *Anuários de ensino* nos quais publica relatórios e outras matérias pertinentes ao cargo.

### **A formação de João Chrysostomo.**

Quando João Chrysostomo começou seus estudos na Escola Normal de São Paulo, em 1889, o curso estava distribuído em oito cadeiras, com base na Lei nº 81, de 6 de abril de 1887, que reformara a instrução pública paulista e, mais uma vez, reorganizara o plano de ensino da Escola Normal de São Paulo. Segundo dados disponíveis, João Chrysostomo teria cursado as seguintes cadeiras com os respectivos professores: a 1ª Português (professor Carlos Reis); 2ª Aritmética e Geometria (professor Constante Affonso Coelho); 3ª Geografia e História (professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides); 4ª Pedagogia, Metodologia e Religião (professor padre Camillo Passalacqua); 5ª Física e Química (professor Eduardo de Macedo Soares); 6ª Francês (vaga em 1888); 7ª Caligrafia e Desenho, seção masculina (professor Thomaz Augusto Ribeiro de Lima) e 8ª Caligrafia e Desenho, seção feminina (professora Felicidade Perpetua de Macedo) (DIAS, 2008).

O primeiro ano de João Chrysostomo como normalista foi extremamente conturbado por conta, principalmente, da grande agitação política entorno da abolição dos escravos, que ocorrera um ano antes (1888), e pela fervorosa propaganda republicana, o que se refletiria na sensível redução do número de matrículas para o primeiro ano do curso (RODRIGUES, 1930a; TANURI, 1979).

A grande agitação política de 1889 foi levada para o interior da escola nos discursos positivistas, liberais e republicanos de seus alunos e professores. Os alunos da Escola Normal de São Paulo receberam a notícia da proclamação da República no momento em que as três turmas posavam para a foto de encerramento do ano letivo de 1889, foto que marcaria também a despedida dos alunos que se formavam.

---

6 Ao longo da Primeira República (1889 a 1930) essa secretaria, entre outras atribuições, tinha sob sua responsabilidade os assuntos relativos à instrução pública no Estado de São Paulo.

7 Nessa data o *Diário Popular* também anunciou seu falecimento e indicou a hora e o local do sepultamento. “DR. JOÃO CHRYSOSTOMO BUENO DOS REIS, viúvo de d. Arminda Agueda Pereira de Barros Bueno dos Reis. Era progenitor de d. Maria José, casada com o prof. Victor Oliva; d. Cecillia, casada com o sr. Thomaz Angelo Amoroso; dr. João de Deus, casado com d. Nadyr Rosa Porto Bueno dos Reis; d. Helena, casada com o sr. Mario Marques Ponzini; sr. Odilon, casado com d. Maria Ana de Gennaro Bueno dos Reis; sr. Paulo, casado com d. Cecilla Lacorte Bueno dos Reis. O enterro realiza-se às 17 horas, saindo o féretro da Avenida Lins de Vasconcelos nº 1.042” (Diário Popular, 04 de Novembro de 1949, p. 49).



Os anos de 1890 e 1891 também foram agitados quer pela reforma da Escola Normal promovida por Antonio Caetano de Campos quer pelo seu falecimento precoce em 12 de setembro de 1891.

Em 12 de março de 1890, o então presidente nomeado do Estado de São Paulo, Prudente de Moraes, aprovou o Decreto nº 27 que reformava, mais uma vez a Escola Normal de São Paulo e indicava seu novo diretor. Para Monarcha (1999, p. 174), esse decreto,

[...] inaugura a marca republicana no âmbito das políticas públicas: os múltiplos aspectos do sistema de ensino – estrutura administrativa, organização curricular, legislação específica e minuciosa – são produzidos, impulsionados e controlados pela ação legislativa do Estado representado como governo.

No preâmbulo do Decreto nº 27 de 1890, reafirma-se a preocupação em implantar uma nova orientação para o ensino normal, que se pretendia mais adequada aos novos tempos,

Considerando que a instrução bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso e que ao governo incumbe o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento;

Considerando que de todos os factores da instrução popular o mais vital, poderoso e indispensável é a instrução primaria largamente difundida e convenientemente ensinada;

Considerando que, sem professores bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagogicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida actual, o ensino não póde ser regenerador e eficaz;

Considerando mais que a Escola Normal do Estado não satisfaz as exigências do tirocinio magistral a que se destina, por insuficiência do seu alumnos. (SÃO PAULO, 1890, s/p).

Por esse decreto, o ensino normal passava a ser gratuito e destinado a ambos os sexos. Teria a duração de três anos distribuídos em 10 cadeiras: duas de língua portuguesa; duas de aritmética, álgebra e geometria e escrituração mercantil; duas de geografia, cosmografia e historia do Brasil; uma de física e química; uma de economia política e educação cívica; uma de organização e direção das escolas; uma de biologia (SÃO PAULO, 1890).

Destinada à prática de ensino dos alunos do 3º ano foram criadas as Escolas-Modelos; anexas à Escola Normal, se constituíram na base de toda a reforma da instrução pública paulista; preconizada por Antonio Caetano de Campos, era mais do que uma simples escola de prática de ensino, pois deveria ser a instituição modelar, o paradigma de escola primária.

Nos anos em que frequentou a Escola Normal de São Paulo (1889-1891), João Chrysostomo teria convivido diretamente (pertenciam a sua turma) ou indiretamente (frequentavam outras turmas) com aproximadamente 262 alunos<sup>8</sup>, sendo 143 do sexo feminino e 119 do sexo masculino.

---

8 Esse é um número aproximado, pois, esta se tomando apenas os alunos que concluíram o curso, portanto, não estão sendo considerados outros tantos que ingressaram e frequentaram essa escola no período entre 1889 e 1891, mas que não concluíram o curso nesse período. Meneses (2012) alerta para alto índice de repetência nessa instituição.



Em 1891, a instituição formou 41 alunos, 18 mulheres e 23 homens. Desses colegas de formatura de João Chrysostomo, apenas a respeito de dois – um homem e uma mulher – não se tem *notícia do percurso profissional*; os demais ocuparam diferentes cargos e funções na instrução pública paulista até fins da década de 1920.

Entre os alunos da turma de João Chrysostomo e que tiveram destaque no magistério paulista, pode-se mencionar: Antonio Rodrigues Alves Pereira (diretor de Grupo Escolar; inspetor escolar; conselheiro fiscal da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo; autor de artigos na Revista de Ensino etc.), Arnaldo de Oliveira Barreto (diretor de Grupo Escolar; inspetor distrital; diretor de ginásio; diretor da Escola Normal de São Paulo; conselheiro fiscal da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo; autor de artigos na Revista de Ensino e na Revista Eschola; autor de livros didáticos etc.), Benedicto Maria Tolosa (diretor de Grupo Escolar; inspetor escolar etc.), João Francisco Pinto e Silva (diretor de Grupo Escolar, diretor da Diretoria Geral da Instrução Pública; Sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo; autor de artigos na Revista de Ensino; etc.), João Von Atzingen (diretor de Grupo Escolar; inspetor distrital; inspetor escolar; sócio fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo; etc.) e Oscar Thompson (professor e diretor da Escola Modelo do Carmo; diretor da Escola Normal de São Paulo; inspetor geral da Inspeção Geral do Ensino Público; diretor da Diretoria Geral da Instrução Pública; conselheiro fiscal e suplente do presidente da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo; autor de artigos na Revista Eschola Pública, no Anuário do Ensino etc.) (MENESES, 2012).

Sem ignorar o impacto que a Faculdade de Direito possa ter tido na trajetória profissional e intelectual, essa formação não foi examinada para fins desse artigo. Não foram encontradas pistas indicativas de que João Chrysostomo tenha exercido qualquer função no campo jurídico, bem como não foram localizados indicadores de que sua formação jurídica tenha direcionado seu entendimento sobre as questões educacionais. Quantos aos laços sociais estabelecidos, entre os 144 formados na sua turma de 1907, não foram identificados nomes que tenham permanecido, de algum modo, significativamente próximos de João Chrysostomo.

Para Gonçalves (2002), o elevado custo anual do curso Ciências Jurídicas e Sociais restringiria o acesso dos estudantes desprovidos de recursos financeiros à Faculdade do Largo São Francisco, o que determinaria formação de dois grupos de alunos frequentando essa instituição.

O primeiro grupo pertencia a famílias ricas que enviavam para São Paulo seus jovens filhos de aproximadamente quinze, dezesseis anos, passavam pelos preparatórios e ainda jovens concluíam o curso de ciências jurídicas e sociais. Entre os estudantes do Largo São Francisco, encontrava-se também um segundo grupo constituído de jovens com idade entre vinte e vinte e cinco anos com uma atividade profissional já definida que garantia o pagamento da anuidade e de outras despesas da vida de estudante do ensino superior.<sup>9</sup> (GONÇALVES, 2002, p. 48)

Por esse motivo, “[...] não era raro encontrar entre estes estudantes de ciências jurídicas e sociais ex-alunos da Escola Normal de São Paulo que exerciam o magistério enquanto compunham o quadro discente da Academia de São Paulo”. (GONÇALVES, 2002, p. 48)

---

9 É provável que o segundo grupo – dos que não tinham família rica – fosse ainda mais diversificado, incluindo alguns apadrinhados, cujos estudos tenham sido patrocinados por tutores ou assemelhados.



Esse era o caso de João Chrysostomo que dependia dos proventos advindos da profissão docente para custear os estudos no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade do Largo São Francisco. Seu itinerário profissional posterior sugere que a manutenção dos dois compromissos concomitantes não teria gerado prejuízos para nenhum dos lados<sup>10</sup>. Além disso, a formação na Faculdade do Largo São Francisco deve ter sido a pedra de toque para que ele pudesse galgar postos superiores na administração pública do Estado de São Paulo.

### **A trajetória profissional João Chrysostomo.**

João Chrysostomo ocupou diferentes cargos e exerceu diversas funções na instrução pública paulista. Sua carreira transcorreu, predominantemente, na chamada Primeira República, período no qual ocorreria a estruturação do aparelho escolar (com diferentes modalidades escolares e graus de ensino) e do aparato administrativo-burocrático da instrução pública paulista.

Os primeiros anos da vida profissional de João Chrysostomo foram relativamente comuns aos formados pela Escola Normal de São Paulo. É sabido que ingressou na carreira docente paulista em 05 de fevereiro de 1892, em escola isolada, situada no bairro de Tucuru, em Mogi Mirim<sup>11</sup>, sendo, logo depois, nomeado professor da 2ª cadeira dessa cidade (27/02/1892). Permaneceu como professor em Mogi Mirim até 1896 – como professor da aula noturna (1893); professor do Bairro de Baguary (1894) e professor adjunto do Grupo Escolar do Tietê (1895) – quando foi nomeado para o cargo de inspetor distrital. Em 26 de agosto de 1897, com a extinção do cargo de inspetor distrital, retornou a carreira de professor na cidade de Mogi Mirim, ocupando novamente a 2ª escola isolada dessa cidade (1900). Em 08/02/1900, foi nomeado professor adjunto do Grupo Escolar “Coronel Venâncio” em Mogi Mirim.

Em 1901, retornou ao município de São Paulo, como professor substituto da 2ª Escola Modelo da capital (16/02), mesmo ano do seu ingresso no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade do Largo São Francisco. Até se formar em 1907, João Chrysostomo manteve a carreira no magistério público. Nesse período, regeu as escolas isoladas de Lajeado e do Alto da Serra (14/02/1902), em São Bernardo do Campo; foi professor adjunto do Grupo Escolar da Bela Vista na capital (25/06/1902) e professor do Grupo Escolar do Carmo, ambos na capital paulista, e exerceu o cargo de inspetor escolar, para o qual foi nomeado em 29 de abril de 1904, nele permanecendo até 1911 quando se afastou para assumir a direção geral da instrução pública paulista (1911-1917).

Em 19 anos, João Chrysostomo ascendeu de professor de escola isolada a diretor geral da instrução pública, passando pela docência e direção em grupo escolar, inspeção distrital e inspeção escolar. As distâncias geográficas percorridas foram pequenas e

---

10 Se houve algum prejuízo, parece ter sido pequeno; João Chrysostomo teve um pequeno atraso na obtenção do diploma; parte da sua turma se diplomou em dezembro de 1907 e outra parte em março do ano seguinte, talvez por força de exames e provas adicionais.

11 Tudo indica que tenha sido interino nessa escola.





aparentemente vantajosas: saiu de São Paulo para Mogi Mirim, município distante 128 quilômetros da capital, pequena cidade na qual já tinha vivido, entre 1877 e 1885, e na qual parte de sua família ainda permanecia; manteve-se por pouco tempo em São Bernardo do Campo, próximo da capital e por fim a ela retornou definitivamente.

As modalidades de escolas nas quais João Chrysostomo foi professor e diretor estavam previstas na legislação sancionada entre 1892 e 1894 na qual é patente a intento de subordinação das ações do professor primário ao controle das instâncias superiores da administração pública a ser realizado por meio de inspeções *in loco*, principalmente, dos inspetores distritais, representantes do diretor geral da instrução pública paulista e por meio do envio regular e obrigatório de relatórios de prestação de contas das ações ocorridas nas dependências das escolas primárias.

João Chrysostomo lecionou em escolas isoladas quando ainda cabia aos seus professores encontrar o local para a sua instalação e – apesar das baixas remunerações – arcar com os custos do seu aluguel e mobiliário (MENESES, 2012). Assim, apesar de ter gozado da prerrogativa então reservada aos recém-formados da Escola Normal de São Paulo, quanto à prioridade de escolha da escola onde lecionar, João Chrysostomo também trabalhou em escolas instaladas de forma precária e sem as condições materiais necessárias, para que pudesse se utilizar plenamente do que supostamente tinha aprendido (MENESES, 2012).

A nomeação de João Chrysostomo para o cargo de inspetor distrital se deu em 1896, cabendo-lhe a inspeção do 21º distrito escolar que abarcava as escolas localizadas nas cidades de Casa Branca, São João da Boa Vista e Santa Cruz das Palmeiras do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1896)<sup>12</sup>.

Criado pela reforma de 1892 e 1893, o inspetor distrital devia ser nomeado diretamente pelo Presidente do Estado, a partir de indicação do Conselho Superior. Eram elegíveis ao cargo os professores diplomados pela Escola Normal de São Paulo com no mínimo três anos de exercício no magistério, experiência que João Chrysostomo possuía, já que havia começado sua carreira logo após a sua formatura, em 1892.

De acordo, com a legislação instituída, seriam designadas 29 atribuições aos inspetores distritais (SÃO PAULO, 1893), que se iniciam pelas visitas frequentes às escolas sob sua respectiva jurisdição. Eles deveriam ficar em contato com a escola e com seu universo (diretores, professores e alunos), colocando o aparelho escolar para funcionar em sintonia com a legislação instituída, e segundo as determinações dos níveis superiores de instrução pública (Secretaria do Interior, Diretoria Geral e Conselho Superior).

Nota-se a preocupação em tornar os inspetores distritais fonte confiável de informações sobre o estágio de desenvolvimento da instrução no Estado de São Paulo, obrigando-os ao encaminhamento regular, aos órgãos superiores da instrução pública, de informações e dados sobre o funcionamento das escolas de cada distrito escolar. Assim, os inspetores distritais deveriam estabelecer a ponte entre o aparato estatal e a escola.

12 O regulamento da instrução pública de 1893 define que Estado de São Paulo seria dividido em 30 distritos escolares, sendo que cada um desses distritos deveria ficar sob a responsabilidade de um inspetor distrital. A legislação instituída em 1896 aumenta o número de distritos escolares para 40 (PAULO; WARDE; PANIZZOLO, 2009).



Além da fiscalização e da inspeção das escolas paulistas, os inspetores distritais teriam a incumbência de instalar e organizar os grupos escolares. Entre 1894 (ano de criação dos primeiros grupos escolares) e 1898 (momento que ocorreria a exoneração dos inspetores distritais), foram instalados 34 grupos escolares, sendo, oito na capital e 26 no interior.

Como inspetor distrital, João Chrysostomo instalou e organizou o grupo escolar Coronel Joaquim José, no município de São João da Boa Vista. Para diretor dessa escola graduada, foi escolhido o professor Gabriel Ortiz, que teria deixado o cargo de inspetor distrital em 1895 e que deveria, segundo a legislação do período, ser aproveitado na organização de grupo escolar.

Em 1896, com Alfredo Pujol no cargo de secretário do interior, tem início um novo momento da administração e organização da instrução pública do Estado de São Paulo. A Lei n.º 430 de 1896 autoriza a reforma da Secretária do Interior e suprime o cargo de diretor geral da instrução pública, transferindo suas atribuições para aquela secretaria (SÃO PAULO, 1896)<sup>13</sup>. Em 26 de agosto de 1897, a Lei nº 520 determina a supressão do Conselho Superior de Instrução Pública, bem como das inspetorias de distrito (SÃO PAULO, 1897; PAULO, 2007).

Entretanto, a exoneração de João Chrysostomo não ocorreu de forma imediata; a maioria dos inspetores distritais foi exonerada apenas no dia 08 de fevereiro de 1898, um dia antes da nomeação dos inspetores escolares, responsáveis desse momento em diante pela inspeção das escolas. Dentre os inspetores distritais, apenas oito passaram a ocupar o cargo de inspetor escolar, os demais ocuparam outros cargos ou exerceram outras funções no magistério paulista<sup>14</sup>.

Com a extinção do cargo de inspetor distrital, João Chrysostomo retornou ao posto de professor na cidade de Mogi Mirim, ocupando a 2ª escola isolada dessa cidade, provavelmente, como professor preliminar.

Apenas em 29 de abril de 1904, João Chrysostomo assumiu o cargo de inspetor escolar, nele permanecendo até 1911<sup>15</sup>. Nesse período, ocuparam o cargo de inspetor/diretor geral da Instrução Pública, Mario Bulcão (1897-1906), João Lourenço Rodrigues (1907 a 1909) e Oscar Thompson (1908 a 1911).

Cabia-lhe, prioritariamente, inspecionar e fiscalizar as escolas sob sua responsabilidade, orientando e controlando ações dos professores e diretores. Essas atribuições também lhes conferia um lugar privilegiado, pois ao estar mais próximo das escolas, podia diagnosticar seus problemas e propor soluções (SÃO PAULO, 1898).

A responsabilidade sobre a fiscalização da instrução pública deveria ser compartilhada com as câmaras municipais. Entretanto, as atribuições dos inspetores escolares não se restringiram a inspeção e fiscalização do aparelho escolar paulista (escolas públicas e privadas), sendo, possível verificar que a esses funcionários seriam destinadas diferentes ações, entre essas estão

---

13 Legislação de 1898 reintroduziu o cargo de inspetor geral que, por sua vez, foi transformado, mais uma vez em diretor geral da instrução pública, em 1910, por obra de Oscar Thompson.

14 A legislação propunha que os professores que estivessem ocupando o cargo de inspetor distrital deveriam ser aproveitados na organização dos grupos escolares ou providos em escolas preliminares.

15 Ocupando o mesmo cargo de inspetor escolar, João Chrysostomo encontrou contemporâneos dos seus estudos na Escola Normal de São Paulo: Antonio Morato de Carvalho, João Francisco Pinto e Silva, Carlos Gallet, José Narcisio de C. Couto, formados na turma de 1889; Julio P. Marcondes Pestana formado na turma de 1890; João Francisco Pinto e Silva, Benedicto Maria Tolosa, formados na turma de 1891; Benedicto C. Corte Brilho formado na turma de 1892; Miguel Carneiro Junior e René de Oliveira Barreto, formados na turma de 1893.





– instalação e organização de escolas reunidas, de grupos escolares, de escolas complementares e de escolas normais; exame de prédios e terrenos para construção de escolas dentre outras.

Nesse contexto, a Lei nº 1.245, de 30 de dezembro de 1910 instituiu a Escola Normal Secundária de São Carlos (SÃO PAULO, 1910)<sup>16</sup>. Essa legislação que definia o orçamento do Estado de São Paulo para o exercício de 1911, determinava, no artigo 45, a criação de uma escola normal naquela cidade.

Ao inspetor escolar João Chrysostomo foi atribuído, pelo então diretor geral da instrução pública, Oscar Thompson, a incumbência de instalar e de organizar essa escola normal, sendo esse, nomeado seu primeiro diretor. De fato, João Chrysostomo ocupou o cargo de diretor da Escola Normal de São Carlos até o dia 25 de novembro de 1911, quando assumiu o cargo de diretor geral da instrução pública do Estado de São Paulo.

Em 03 de fevereiro de 1911, foram nomeados o seu diretor, João Chrysostomo e os professores - João Augusto Pereira Junior (Português, Latim e História da Língua), Juvenal de Azevedo Penteado (Francês e Inglês) e João Lourenço Rodrigues (Aritmética e Álgebra). Também foram nomeados o oficial José de Camargo, que iria exercer tanto as funções de secretário como de bibliotecário e o amanuense Luiz Schreiner (SILVA, 2009).

Na Escola Normal de São Carlos teria sido instituído um plano de ensino destinado a formar um profissional imbuído dos valores republicanos, com a maior parte das disciplinas voltadas para a cultura geral, letras e ciências modernas. A formação pedagógica ficava por conta das disciplinas de Psicologia, Didática e, principalmente, a observação na Escola Modelo Anexa (SILVA, 2009). As orientações adotadas aproximam bastante a escola de São Carlos da Escola Normal de São Paulo cujos planos de ensino e as atividades vinham sendo atualizados por intervenção de Oscar Thompson, seja como seu diretor seja como diretor geral da instrução pública (NERY, 2009).

A primeira aula teria ocorrido no dia 22 de março de 1911. Nesse momento, a Escola Normal de São Carlos contava com 62 alunos matriculados, 20 na seção masculina e 42 na seção feminina. (SILVA, 2009). Na primeira semana, após o início das aulas, por interferência de seu diretor, João Chrysostomo, foram fundados o grêmio estudantil *Vinte e Dois de Março* e sua revista, denominada *Excelsior!*. O grêmio estudantil fundado na Escola Normal de São Carlos teria como referencia o estatuto do grêmio da Escola Normal de São Paulo. (SILVA, 2009).

Como teria ocorrido na Escola Normal de São Paulo em 1890, nos primeiros dias após o início das aulas na Escola Normal de São Carlos teria sido promovida pelos alunos uma sessão literária, evento incentivado e presidido pelo então diretor, João Chrysostomo, que procurou implantar o modelo administrativo e pedagógico consagrado na Escola Normal de São Paulo (SILVA, 2009).

Em 25 de novembro de 1911, Carlos Augusto Pereira Guimarães deixa o cargo de secretário do interior, para concorrer pelo Partido Republicano Paulista à vice-presidente do Estado de São Paulo; em seu lugar assume Altino Arantes Marques. Tanto a exoneração de Carlos Augusto Pereira Guimarães como a nomeação de Altino Arantes Marques são acontecimentos vastamente noticiados pelos principais jornais da época, como *O Commercio de São Paulo* de 25 e 26 de novembro de 1911 e *O Estado de S. Paulo*, de 26 de novembro.

---

16 Era um desejo ambicioso das cidades do interior paulista ter uma escola normal secundária. Para São Carlos, esse desejo se concretizaria em 1911. Nesse momento, existiam no Estado de São Paulo, apenas a Escola Normal de São Paulo e a Escola Normal de Itapetininga (SILVA, 2009).



Nos jornais do período, é possível localizar diversas notas exaltando a passagem de Carlos Augusto Pereira Guimarães na Secretária dos Negócios Interior, da mesma forma que saudando a posse de Altino Arantes Marques.

Em 25 de novembro de 1911 também ocorreu a posse de João Chrysostomo na Diretoria Geral da Instrução Pública. O espaço que os jornais da época destinam a mudança do titular da pasta do interior, não é o mesmo que é dado à exoneração de Oscar Thompson e a posse de João Chrysostomo nessa diretoria e neles são encontradas pequenas notas apontado à exoneração de um e a nomeação de outro; o que se pode verificar na edição de 26 de novembro de 1911 de *O Commercio de São Paulo*, que apresenta a seguinte nota:

O dr. Oscar Thompson pediu e obteve hontem dispensa da comissão que exercia como director geral da Instrucção Pública.

Para substitui-lo foi nomeado o dr. João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, director da Escola Normal de S. Carlos.

Para este logar foi nomeado, em comissão, o sr. Juvenal Penteado, lente da mesma escola.

O dr. Thompson devera deixar no dia 30 a Directoria Geral da Instrucção Pública, para reassumir o seu logar de director da Escola Normal da capital, solicitando depois uma licença, para tratamento de saúde (*O Commercio de São Paulo*, 26/11/1911, p. 03).

Em seu primeiro relatório como diretor geral da instrução pública paulista encaminhado à Secretaria do Interior Altino Arantes Marques, João Chrysostomo, além de saudar e destacar a competência de seu antecessor Oscar Thompson, afirma ter aceitado tão importante cargo sem jamais tê-lo almejado, mas que pretende cumprir com seu dever.

Convidado por V. Exc. para muito honroso cargo de Diretor Geral da Instrucção Pública, em substituição ao eminente funcionario que exercia com a mais completa competência e dedicação – o meu distincto e velho amigo e collega Dr. Oscar Thompson, director da Escola Normal de S. Paulo – o qual deseja regressar ao seu posto effectivo, onde como em todos os cargos que tenha occupado, continua a prestar valiosíssimos serviços à educação dos moços e das creanças paulistas; - convidado por V. Exc., assumi o meu elevado posto, receioso de não poder corresponder, como desejara, aos múltiplos e difficeis encargos que lhe são inherentes. Pensando, porem que o esforço e a boa vontade podem as vezes supprir o que falte em competência, resolvi, em face da amável e captivante insistência de V. Exc., arcar com as pesadas responsabilidades que se me ativaram aos hombros, achando-me assim num cargo, muito eminente e muito honroso, mas nunca por mim ambicionado, por nunca desejado. Mas já que assim é, cumpramos o nosso dever. (SÃO PAULO, 1910-1911, p.3).

João Chrysostomo permaneceu no cargo de diretor geral da instrução pública até 10 de maio de 1917, quando Oscar Thompson a ele retornaria até 1920.

Tudo indica que os cargos que exerceu desde sua formatura na Escola Normal de São Paulo, em 1891, credenciaram João Chrysostomo para a direção geral da instrução pública paulista com conhecimento dos assuntos afeitos ao órgão e competência técnico-administrativa para comandá-lo. Por outro lado, os laços acadêmicos e profissionais que o uniam a Oscar Thompson, colega desde o tempo de normalista, podem explicar ter sido ele o escolhido dentre outros equivalentes.



Nery (2009), em seu estudo sobre as ações reformadoras de Oscar Thompson e a formação docente, destaca os laços que uniam esse a João Chrysostomo, bem como a João Lourenço Rodrigues. Tratando do associativismo docente que caracterizou as instituições de ensino normal em São Paulo, afirma que

O associativismo discente, nas Escolas Normais, está atrelado à ação de João Lourenço Rodrigues, Oscar Thompson e João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, na Escola Normal da Capital. A partir de 1911 passa a ser atividade presente em todas as Escolas Normais do estado, tornando-se oficial a partir da Reforma de 1920.

Dentre essas iniciativas associativistas, a autora destaca a *Arcadia Normalista* criada em 1890 com a participação direta dos três então normalistas acima referidos e, anos depois, a instalação em 1911 do *Grêmio Normalista 22 de março e do seu periódico Excelsior!* Iniciativas dos normalistas de São Carlos que contaram com o incentivo e apoio do então diretor da escola, João Chrysostomo, tendo por modelo o seu correlato da Escola Normal de São Paulo (NERY, 2009; DIAS, 2009).

Mais afeito a assuntos pedagógicos do que administrativos, Thompson, já no cargo de inspetor geral da instrução pública conseguiu redefinir o cargo e o órgão correspondente por meio do Decreto n. 1.883, de 6 de junho de 1910 (SÃO PAULO, 1910), transformando a Inspetoria Geral em Diretoria Geral da Instrução Pública. Segundo seus próprios termos,

O decreto que criou a Diretoria Geral da Instrução Pública trouxe reais melhoramentos para o ensino.

Os assuntos puramente administrativos – nomeações, permutas, remoções e demissões – estão exclusivamente a cargo da Secretaria do Interior.

Só em casos excepcionais, pra informações, é ouvida a Diretoria.

Os assuntos relativos à pedagogia em geral, às questões concernentes à higiene e à estatística escolar, à publicação de revistas e manuais didáticos cabem à Diretoria Geral.

Esta ainda tem sob a sua alçada a inspeção das escolas isoladas, dos grupos escolares, das escolas complementares e do ensino preliminar privado em todo o Estado.

Tornou-se mais ampla, em virtude do mesmo decreto, a esfera de ação da Diretoria Geral (SÃO PAULO, 1909-1910, p. 12).

No primeiro período em que permaneceu no cargo (1909-1911), Thompson efetivamente capitalizou as prerrogativas pedagógicas previstas no Decreto n. 1.883/1910 (GONÇALVES, 2002)<sup>17</sup>. João Chrysostomo, por seu turno, nos anos em que esteve à testa da Diretoria Geral (1911-1917) fez valer um perfil mais administrativo, com ênfase na produção e divulgação de estatísticas escolares, publicadas na sua quase totalidade nos Anuários de ensino que guardavam essa função precípua, enquanto a *Revista de ensino* seria destinada a assuntos de natureza mais pedagógica.

17 Oscar Thompson manteve o cargo de diretor da Escola Normal da São Paulo entre 1901 e 1920, com interrupções para ocupar o cargo de diretor geral da instrução pública de 1909 a 1911 e de 1917 a 1920. Portanto, no período em que João Chrysostomo o ocupou aquele cargo, Thompson retomou a direção da Escola Normal.



Ainda como diretor geral, João Chrysostomo criou duas escolas normais primárias – a de Casa Branca e a do Braz, na capital – em fins de 1912, cujas atividades se iniciaram no ano seguinte.

Na trajetória profissional de João Chrysostomo também se inclui a participação, em 1901, como sócio-fundador da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo. Seu nome consta da comissão que redigiu o primeiro estatuto dessa instituição com outros 30 membros<sup>18</sup> e, nos anos de 1901, 1902 e 1903 aparece integrando a diretoria dessa entidade, tendo sido eleito, nesses anos, para o cargo conselheiro fiscal. Além de participar, nessa condição, da diretoria da Associação Beneficente do Professorado de São Paulo, João Chrysostomo compôs a comissão de redação da *Revista de ensino*, periódico publicado por essa associação, como de redator-efetivo (CATANI, 2003)<sup>19</sup>.

Entre as matérias publicadas pela *Revista de ensino*, a assinatura de João Chrysostomo foi localizada quatro vezes no ano de 1902 como: um dos signatários do Estatuto da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo (ano I, n. 01, abril de 1902); autor do artigo *Como devem ser feitas as advertências e repreensões?* (ano I, n. 02, p. 168 a 173, junho de 1902); autor da introdução à revista (ano I, n. 03, p. 379 a 385, agosto de 1902) e autor de parecer ao Movimento Associativo (ano I, n. 04, p. 817, outubro de 1902). É sabido, no entanto, que respondeu por outras matérias na Revista, embora sem a sua assinatura ou contendo apenas abreviações, tais como J.B. que supostamente a ele se referem.

A título de exemplos: no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1908-1909, tratando do problema do aumento insuficiente dos grupos escolares em face do crescimento do número de crianças demandantes de instrução, João Chrysostomo – na condição de inspetor escolar – informa: “A propósito publiquei na Revista de ensino, de Agosto de 1903, um trabalho sob o título – *Carta aberta aos Ex. Sr. Membros do Congresso do Estado*, que ainda tem toda oportunidade. Para ele e chamo a tenção de V. Ex<sup>a</sup>” (SÃO PAULO, 1908-1909, p. 30. Grifos no original).

Nos estudos de Valente (2008), nos quais aborda a divulgação das Cartas de Parker no Brasil, consta que, “Desde o primeiro número da Revista de Ensino foram divulgadas as ‘Cartas de Parker’. Elas estiveram presentes na seção do periódico denominada ‘Pedagogia Prática’”. E completa: “Segue o anúncio, a publicação das cartas de números 1 ao 10. Posteriormente, noutros números da Revista, saíram as demais. Assina a matéria, J.B. que, possivelmente, deva tratar-se de João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, indicado como um dos redatores-efetivos da Revista [...] (VALENTE, 2008, s/p).

18 Assinaram o estatuto de fundação da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo - Alfredo Bresser da Silveira, Antonio Hipólito de Medeiros, Antonio Rodrigues Alves Pereira\*, Arthur Goulart, Benedicto Galvão, Carlos A Gomes Cardim, Domingos de Paula e Silva, Emilio Mario de Arantes, Ernesto Lopes da Silva, Fernando M. Bonilha Junior, Francisco de Almeida Garret, Francisco P. do Gato, Gabriel Ortiz, Genésio Bráulio Rodrigues, João Baptista de Brito, João Mario de Freitas Brito, João Pinto e Silva, João Von Azingen\*, Joaquim Lopes da Silva, Joaquim Luiz de Brito, José Monteiro Boanova, Jose Pereira Bicudo Filho\*, Justiniano Vianna\*, Leônidas de Toledo Ramos, Lindolpho Francisco de Paula, Mario Balcão, Prelidiano Justo da Silva, R. Puiggari, Ramon Roca Dordal e Tancredo do Amaral. Destaque-se que os quatro nomes assinalados acima pertenceram à turma de formandos da Escola Normal com João Chrysostomo.

19 Em 1911, Thompson converteu a *Revista de Ensino*, publicada pela Associação Beneficente do Professorado Paulista, um veículo oficial (CATANI, 2003). Na *Polianteia Comemorativa do 1º Centenário do Ensino Normal de São Paulo (1846-1946)*, é mencionada a importância dessa associação e seu peso nas biografias apresentadas de figuras de destaque no magistério paulista. “Em 1901 vemos surgir em S. Paulo desejada e esperançosa corporação de professores – a “Associação Beneficente do Professorado Paulista”, em cujos estatutos se incluía a publicação de uma revista. Em abril de 1902 sai a lume seu primeiro número e até 1919 é publicada regularmente. Arnaldo Barreto é o seu redator chefe até 1904. Acompanharam-no no corpo redatorial por vários anos, Romão Puiggari, João Pinto e Silva, João Lourenço Rodrigues, Alfredo Bresser da Silveira, Roca Dordal e João Crisóstomo Bueno dos Reis Júnior” (POLIANTEIA, 1946, p. 104).



## Considerações finais: enquanto exercia o cargo de diretor geral da instrução pública...

Quando assumiu a direção geral da instrução pública, João Chrysostomo se tornou presença obrigatória no *Anuário do Ensino*, a partir do volume correspondente aos anos 1910-1911, uma vez que se tratava de “Publicação Organizada Pela Directoria Geral da Instrucção Publica Por Ordem Do Governo do Estado”, ou como consta a partir do volume de 1913, “Publicação Organizada pela Directoria Geral da Instrucção Publica, Com Autorização Do Governo Do Estado”. Como diretor geral, João Chrysostomo seguiu até o volume publicado com a data de 1916; no ano seguinte, era já Oscar Thompson que respondia pelo cargo e pelos dois volumes relativos a 1917, embora o conteúdo apresentado diga respeito, quase integralmente, ao último ano de gestão de João Chrysostomo.

Ao todo, no *Anuário de ensino*, há seis relatórios de João Chrysostomo destinados ao Secretario do Estado dos Negócios do Interior, ao qual o diretor geral da instrução pública se subordinava<sup>20</sup>. O exame desses relatórios e das demais seções indica que no período em que João Chrysostomo esteve à testa da diretoria geral, esse periódico foi destinado a publicar predominantemente balanços estatísticos da instrução pública e privada no Estado de São Paulo. Excetuam-se alguns tópicos constantes nos extratos dos relatórios dos inspetores escolares, publicados em regra após do relatório do diretor geral, nos quais aqueles funcionários apontavam problemas e possíveis soluções a aspectos mais estritamente pedagógicos de que se apercebiam em suas visitas regulares às escolas. Por seu turno, João Chrysostomo apresenta esses assuntos, porém aparenta repetir o que os inspetores apontam.

No volume do *Anuário de ensino* correspondente a 1911-1912, o relatório do diretor geral é antecedido de uma nota denominada “Duas palavras”, assinada pela “A Comissão”, certamente autorizada ou mesmo solicitada por ele. Trata-se de uma nota de esclarecimento sobre o perfil do anuário paulista em face dos seus equivalentes mantidos “nos países cultos”. Nesses, haveria partes dedicadas à psicologia, à metodologia, além das estatísticas; no anuário paulista aquelas primeiras partes não constariam uma vez que para as questões de psicologia e metodologia, a Diretoria Geral mantinha “a Revista de ensino, criada e mantida antes pela Associação Beneficente do Professorado Público” (SÃO PAULO, 1910-1911, p. 6)<sup>21</sup>

Há de se destacar que foi de Thompson a iniciativa, de 1911, de tornar a redação da *Revista de ensino* tarefa da Diretoria Geral da Instrução Pública e a sua manutenção exclusiva responsabilidade do governo estadual (CATANI, 2003). A divisão de trabalho entre os dois periódicos, a *Revista de ensino* e o *Anuário de ensino*, estaria contida já na decisão de Thompson, a primeira tratando de questões psicológicas, de método e correlatas e a segunda cuidando de expor as estatísticas escolares (GONÇALVES, 2002). Porém, seja no Anuário de 1909-1910 – último da sua primeira gestão na Diretoria geral – seja naqueles publicados a partir do seu retorno em 1917, curiosamente Thompson teria descumprido uma decisão que, tudo indica, ele mesmo havia tomado. Ou seja, somente João Chrysostomo teria deixado

20 Desde o início da sua gestão, João Chrysostomo se reportou a Altino Arantes como secretário do interior (1911 a 1915). Em 1916, ele se dirigia a Oscar Rodrigues Alves que fora empossado naquele ano como secretário do interior, cargo em que se mantém até 1920.

21 A nota complementa: “A ‘Revista de Ensino’ orgam doutrinário, divulgador de methods e processos pedagógicos, tornou-se complemento do Anuario. Tendo muito mais ampla tiragem, impondo muito menor dispêndio, tendo colaboração de Inspectores e Professores, a Revista póde ser mais largamente distribuída, pondo os que se interessam pelo ensino ao par das reformas, das modificações quaisquer do aparelho escolar, quer em nosso paiz, quer no estrangeiro, dando noticia dos trabalhos pedagógicos que mais se recommendam, oferecendo, em resumo ou tradução, as noções mais aproveitáveis, as lições mais dignas de imitar da didactica européa ou americana” (SÃO PAULO, 1910/1911, p. 6).



de lado temas pedagógicos – as quais não devotava cuidados especiais – para se centrar naqueles de perfil mais administrativo, mais afeitos aos seus interesses e preocupações.

No quadro abaixo estão registrados os assuntos destacados por João Chrysostomo em seus seis relatórios endereçados ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior.

Assuntos	Ano					
	1910-1911	1911-1912	1913	1914	1915	1916
[Augmento dos] Vencimentos dos Professores Públicos	x	x	x	x	x	
[Serviço de] Inspeção e Fiscalização [das Escolas]					x	x
Directoria Geral		x	x			
Accrecimo de Matricula nas Escolas Publicas				x		
Approvação e Adopção [de livros escolares]						x
Bibliotheca Pedagogica		x	x	x	x	
Bibliothecas Escolares			x			
Cadernetas dos Professores				x		
Comissões de Professores no Extrangeiro			x			
Conselho Superior de Educação	x	x	x		x	
Conveniencia e Utilidade de uma Comissão de Professores no extrangeiro, Durante Alguns Annos. Modo Proveitoso de Constituil-a	x					
Despeza com o Ensino Primario				x		
Ensino Privado / Ensino Particular			x	x	x	x
Escolas Extrangeiras			x	x	x	
Escolas Isoladas		x	x	x	x	x
Escolas Isoladas da Capital						x
Escolas Modelo						x
Escolas Municipaes						x
Escolas Nocturnas						x
Escolas Normaes / Ensino Normal		x	x	x	x	x
Escolas Profissionaes			x			
Escolas Reunidas				x	x	x
Estatística Escolar					x	
Fiscalização do Ensino					x	
Fundo Escolar	x	x	x	x	x	
Grupos Escolares		x	x	x	x	x
Ideias sobre uma Reforma de Ensino						x
Inspeção Medica Escolar				x	x	
Instabilidade dos Professores						x
Institutos para Anormaes		x	x		x	
Instrucções aos Srs. Inspectores Escolares		x	x			
Integração do curso primario					x	
Necessidade de uma Nova Modificação na Directoria Geral	x					
Obras Didacticas Approvadas / Approvação de Obras Didacticas				x	x	
Obrigatoriedade do Ensino						x
Palestras Pedagógicas		x	x			
Publicações da Directoria Geral				x	x	
Reforma da Directoria Geral				x	x	x
Registro de Diplomas				x		x
Revisão das Escolas Existentes						x
Serviço de Inspeção				x		
Syndicancias e Processos Administrativos				x		

Fontes: Anuários de ensino de 1910 a 1916. Quadro elaborado pelos autores.





No primeiro relatório, o próprio João Chrysostomo confessa ao secretário do interior não ter tido tempo hábil para se inteirar dos trabalhos realizados e que por isso mesmo apresentava somente os relatórios dos seus distintos auxiliares, com suas observações e feitos (São Paulo, 1910-1911). O terceiro relatório, por sua vez, é uma peça curiosa: repete quase na sua integralidade a redação de 1911-1912 sobre 11 pontos principais aos quais acrescenta breves comentários sobre cinco assuntos novos.

O conjunto dos seis relatórios merece atenção; eles falam de um momento em que todos os esforços efetuados para se apresentar como herdeiro dos primeiros reformadores republicanos e suas decisões oficiais como atos em continuidade às primeiras reformas, são frustrados. O que se passava na instrução pública nos anos de 1910 – e que está grandemente registrado nos relatórios – é indicativo de que as medidas inicialmente tomadas, ao menos até 1894, haviam sofrido solução de continuidade; a convergência de propósitos havia se rompido; a configuração escolar havia se modificado quantidade e qualitativamente por pressão das circunstâncias e não por intenção programática de alguma das forças políticas em presença. O aumento vertiginoso da população paulista, especialmente na capital, pela migração de outras regiões e principalmente pela imigração estrangeira, encontrava a escola pública inteiramente desaparelhada para fazer frente à crescente e diversificada demanda.

Por outro lado, a estrutura administrativa que João Chrysostomo recebera resultava de uma tendência centralizadora, exacerbada na gestão anterior de Oscar Thompson, pela qual o professorado além de sofrer redução salarial e ser submetido a precárias condições de trabalho, perdia seus canais de expressão técnica e política. A palavra estava reservada ao diretor geral e aos seus auxiliares diretos, os inspetores escolares.

Quanto ao problema salarial, João Chrysostomo persistiu em favor do professorado nos relatórios que assinou; quanto às condições de trabalho, enfatizou a precariedade dessas condições nas escolas isoladas. No entanto, reiterou em todas as oportunidades o acerto da estrutura administrativa na qual destacava a delegação exclusiva das competências de fiscalização, inspeção e orientação aos inspetores escolares sobre os professores. Em verdade, pedia aperfeiçoamento daquela estrutura, por exemplo, insistindo na necessidade de criação de um conselho superior de educação que subtraísse da Secretaria do Interior a ingerência política sobre instrução pública e, sempre, demandando mais inspetores escolares.

Apesar dos esforços de João Chrysostomo de preservar seu “distinto e velho amigo e colega Dr, Oscar Thompson” (1910-1911, p. 3), os relatórios que assinou durante os seus seis anos como diretor geral da instrução pública paulista denunciam sérios problemas acarretados por iniciativas dos seus antecessores, particularmente do seu antecessor, tanto quanto os crescentes desacertos políticos dos governos paulistas em matéria de escola pública. Por outro lado, quer os relatórios quer as respostas ao Inquérito de *O Estado de S. Paulo*, a serem brevemente comentadas adiante, revelam constrangimentos de um funcionário que além de atuar com pequena margem de autonomia em relação aos superiores, parecia estar sobremaneira comprometido com os seus colegas de formação e de carreira. Nesse sentido, também a figura de Oscar Thompson se impõe.

Em 1914, João Chrysostomo foi convidado por a se manifestar fora das páginas oficiais. Julio de Mesquita o convidou a participar do “Inquérito sobre a situação do ensino primário no Estado de S. Paulo e suas necessidades” no jornal *O Estado de S. Paulo*.



O inquérito foi formado por 14 entrevistados; a maioria composta de proeminentes figuras da instrução pública: Oscar Thompson, Paulo Pestana, Ruy de Paula Souza, João Lourenço Rodrigues, Antonio Rodrigues Alves Pereira, João Chrysostomo, Arnaldo de Oliveira Barreto, Antônio de Azevedo Antunes, José Ribeiro Escobar, Mariano de Oliveira, Pedro Voss, João Pinto e Silva, Francisco Azzi e Ramon Roca Dordal.

As perguntas formuladas por Mesquita sinalizavam o quadro de crise da instrução pública paulista e seu distanciamento dos primeiros esperançosos tempos republicanos. Em contraste, a maioria dos entrevistados, especialmente os diretamente envolvidos na administração do ensino público, procurava minimizar a crise ao mesmo tempo em que reafirmava a herança deixada pelos primeiros reformadores da República (BONTEMPI, 2007).

João Chrysostomo certamente ocupava a posição mais incômoda no momento. Suas respostas foram elusivas; habilmente escaparam do confronto com diagnósticos que ele mesmo ajudava a produzir e a divulgar. Qualquer avaliação mais incisiva, o ônus recairia sobre si ou sobre seus colegas, amigos, companheiros de longa trajetória (O ESTADO DE SÃO PAULO, 10/03/1914).

Diante de perguntas sobre as lacunas e defeitos do ensino, os grupos escolares, as escolas isoladas, os métodos de ensino, o recrutamento, a seleção e os vencimentos do professorado, a escolha dos livros escolares, sugestão de reformas dentre outras, João Chrysostomo reivindica a necessidade de tempo mais longo para que as iniciativas paulistas dessem seus plenos frutos. Em todas as respostas, a ênfase conferida ao professorado é nítida, quanto às suas responsabilidades nos bons e maus resultados do ensino; ao professorado paulista se refere como “colaborador activo na grande obra da educação da infância” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 10/03/1914, p. 4). Para João Chrysostomo, o grande problema que afeta o professorado diz respeito aos seus vencimentos, sem dúvida, exíguos “mal acudindo às mais urgentes necessidades da vida” (idem). Para a escolha dos livros escolares, destacadamente os de leitura, defende os concursos de autores e editores. Para a direção do ensino, defende a constituição de um conselho composto de pessoas competentes, autônomas, com poder de deliberação e ação... Quanto às reformas necessárias? Propõe que sejam feitas paulatinamente, com calma e ponderação.

## Referências

BONTEMPI JR., B. O Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades (*O Estado de S. Paulo*, 1914): fonte para o estudo do imaginário republicano. In: ANPUH. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo/RS: ANPUH, 2007.

CATANI, D.B. **Educadores à meia-luz**: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do professorado público de São Paulo (1902-1918). Bragança Paulista: USF, 2003.

**COMMERCIUM DE SÃO PAULO** [O], 25 de novembro de 1911, p. 01.

**COMMERCIUM DE SÃO PAULO** [O], 26 de novembro de 1911, p. 03.

**CORREIO PAULISTANO**, 05 de Novembro de 1949, p. 02.

**DIÁRIO POPULAR**, 04 de Novembro de 1949, p. 49

DIAS, M. H. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de F.; LOPES, A. de P. C. (orgs.). **As Escolas Normais no Brasil**: do Império à República. Campinas/SP: Editora Alínea, 2008.



**ESTADO DE S. PAULO [O]. Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades.** São Paulo, 10 de março de 1914, p. 4

GONÇALVES, G.N.; WARDE, M.J. Oscar Thompson. In FÁVERO, M.L.A.; BRITTO, J. . (orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil.** Da colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: UFRJ: MEC-Inep: CONPED, 2002, p. 867-872.

GONÇALVES, G.N. **A trajetória profissional e as ações de Oscar Thompson sobre a Instrução Pública em São Paulo (1889 – 1920).** 2002. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 2002.

MARTINS, P.C.M. **Seminário Episcopal de São Paulo e o paradigma conservador do século XIX.** 2006. 309f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 2006.

MENESES, M. F. de. **Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910).** 2012. 273f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, 2012.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça:** o lado noturno das luzes. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MORSE, R. **Formação histórica de São Paulo, de comunidade a metrópole.** São Paulo: Difel, 1970.

NERY, A.C.B. **Em busca do elo perdido:** a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores (1911-1923). 2009. 193f. Tese (Livre-docência em História da educação no Brasil) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília – UNESP, 2009.

PAULO, M.A.R. **A organização administrativo-burocrática da instrução pública paulista:** estudo sobre o regulamento da diretoria geral de 1910. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 2007.

PAULO, M.A.R.; WARDE, M.J. e PANIZZOLO, C. O Serviço de inspeção estabelecido no Estado de São Paulo pela reforma da instrução pública de 1892/1893. **Cadernos de História da Educação**, v. 8, nº 2, p. 381-407, 2009.

**POLIANTEIA COMEMORATIVA do 1º Centenário do Ensino Normal de São Paulo (1846-1946).** São Paulo: Gráfica Bréscia, 1946.

REVISTA DE ENSINO. Orgam da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo [e da Diretoria Geral da Instrução Pública]. São Paulo. 1902-1918.

RODRIGUES, J. L. **Um retrospecto:** alguns subsídios para a história pragmática do ensino em São Paulo. São Paulo: Instituto Anna Rosa, 1930a.

SÃO PAULO. **Anuario do Ensino do Estado de São Paulo.** São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1907-1908, 1908-1909, 1909-1910, 1910-1911, 1911-1912, 1913, 1914, 1915, 1916.

SÃO PAULO. Decreto n. 330, de 18 de janeiro de 1896. Divide o Estado em 40 districtos escolares. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Coleção da legislação paulista.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1896/decreto-330-18.01.1896.html>. Acesso em 26 de set. de 2019.

SÃO PAULO. Decreto n. 518, de 11 de janeiro de 1898. Approva e manda observar o regulamento para execução da lei n. 520, de 26 de Agosto de 1897. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Coleção da legislação paulista.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/136981>. Acesso em 26 de set. de 2019.



SÃO PAULO. Decreto n.º 2025, de 30 de março de 1911. Converte as actuaes *Escolas Complementares do Estado em Escolas Normaes Primarias e dá-lhes regulamento*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Coleção da legislação paulista**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=135390>. Acesso em 26 de set. de 2019.

SÃO PAULO. Decreto nº 1.883, de 6 de junho de 1910. Reorganiza a Inspectoria Geral do Ensino Publico. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Coleção da legislação paulista**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1910/decreto-1883-06.06.1910.html>. Acesso em 26 de set. de 2019.

SÃO PAULO. Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893. Approva o Regulamento da Instrução para execução das leis ns. 88, de 8 de Setembro de 1892, e 169, de 7 de Agosto de 1893. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Coleção da legislação paulista**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/137485>. Acesso em 26 de set. de 2019.

SÃO PAULO. Decreto nº 27, de 12 de março de 1890. Reforma a Escola Normal e converte em Escolas Modelos as Escolas Annexas. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Coleção da legislação paulista**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=137755>. Acesso em 26 de set. de 2019.

SÃO PAULO. Lei n.º 374, de 3 de setembro de 1895. Providencia sobre o ensino das materias do Curso das Escolas Complementares, dos Gymnasios, das Escolas Normaes, sobre outros assumptos relativos, e crea, como uma secção da Directoria Geral de Instrucção Publica, um Almojarifado marcando-lhe o pessoal e vencimentos. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Coleção da legislação paulista**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64465>. Acesso em 26 de set. de 2019.

SÃO PAULO. Lei n.º 430, de 1º de agosto de 1896. Supprime o cargo de director geral da Instrucção Publica bem como a respectiva Secretaria e auctoriza o Governo a reformar a Secretaria do Interior. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Coleção da legislação paulista**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/64521>. Acesso em 26 de set. de 2019.

SÃO PAULO. Lei nº 1.245, de 30 de dezembro de 1910. Orça a receita e fixa a despesa para o exercicio financeiro de 1911. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Coleção da legislação paulista**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/65409>. Acesso em 26 de set. de 2019.

SÃO PAULO. Lei nº 520, de 26 de agosto de 1897. Supprime o Conselho Superior de Instrucção Publica e dá outras providencias. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Coleção da legislação paulista**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/64611>. Acesso em 26 de set. de 2019.

SILVA, E.C.S. **A Configuração do *Habitus* Professoral para o Aluno-Mestre**: A Escola Normal Secundária de São Carlos (1911-1923). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Marília - UNESP, 2009.

TANURI, L.M. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo, 1890 a 1930**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

VALENTE, W.R. O Ensino Intuitivo de Aritmética e as Cartas de Parker. In: SHBE. **Anais do V Congresso Brasileiro de História de Educação – O Ensino e a Pesquisa em História da Educação**. Aracaju/Se: SBHE, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/528.pdf>. Acesso em 25 de set. de 2019.

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 05/11/2019